



MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

ATA DA CENTÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA

ABERTURA - Aos sete e oito dias de março de dois mil e um, na sala de reunião “**Conselheiro Omilton Visconde**”, do Conselho Nacional de Saúde, teve início a Centésima Sexta Reunião Ordinária do CNS. **INFORMES: 01) Destaques de Aspectos da Pauta:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** ressaltou pontos da pauta, tecendo breves comentários sobre os mesmos. Entre os destaques estavam os itens 02, 03, 04, 07, 09, 10, 11, 12. **02) Transmissão e Controle da Febre Amarela no Brasil:** O Dr. **Jarbas Barbosa** fez uma explanação sobre o tema, com um breve histórico, análise dos números de casos e sua distribuição por municípios, os grupos populacionais mais atingidos, características do surto de MG, as doses de vacinas aplicadas na população durante o ano e encerrou com um relato das estratégias de controle. Ao final, Dr. **Jarbas Barbosa** esclareceu as indagações sobre o contágio da febre amarela feitas pelos Conselheiros **José Carvalho Noronha, Mozart de Abreu e Lima e Olympio Távora**. **03) Aspectos Administrativos: Indicação de Novos Conselheiros pelas Entidades e Fóruns (Representação da CONAM), Relações dos Conselheiros com o Apoio, Material de Apoio e Outros:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou os Conselheiros sobre as substituições ocorridas na representação da Entidade Nacional de Portadores de Doenças Patológicas e Deficiências – Pestalozzi, sendo a nova titular a Conselheira **Gysélle Saddi Tannous**, como titular da Associação Brasileira de Talassêmicos – ABRASTA, o Conselheiro **Alexandre Soares**. Houve, ainda, substituição na representação da Associação Franco Baságlio, sendo a nova titular a Conselheira **Vera Lúcia Marques de Vita**. **04) Aplicação da E.C. nº 29: Articulação SE/CNS, SIS/MS, MPF, ATRICON, CSSF/CF, CAS/SENADO, CONASS e CONASEMS:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou sobre a ocorrência de divergências na aplicação da EC Nº 29, tanto no nível federal, como estadual e municipal, e que estava sendo elaborado um documento de consenso por vários órgãos do legislativo e do executivo, e seria trazido para o plenário do CNS tão logo fosse definido. **05) Situação do “PAS” em São Paulo perante Deliberação Específica do CNS na Época do seu Lançamento:** O Conselheiro **Claudio Duarte de Fonseca** informou que o município de São Paulo retornara a gestão do SUS. Comentou, ainda, que a retomada da organização das ações civis públicas em São Paulo era importante para o conjunto da luta da reforma sanitária no país. A propósito, foi aprovada uma Moção de Apoio, proposta pelo Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond**, para ser encaminhada as CES, CMS, SES e SMS do Estado de São Paulo e ao primeiro escalão do MS. **06) Agenda de Metas Nacionais Prioritárias, Planos e Relatórios de Gestão:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** propôs que este informe fosse incluído como item de pauta junto ao item 04 – Proposta de Agenda Básica/CNS 2001, sendo a proposição aceita pelo plenário. **07) Projeto “Bolsa-Saúde”:** Em relação à colocação do Conselheiro **Mário Scheffer**, sobre a bolsa-saúde, o Conselheiro **Cláudio Duarte de Fonseca** informou que o projeto não estava finalizado, e tão logo isso ocorresse, seria apresentado e discutido no CNS. O Conselheiro **Mário César Scheffer** pediu que o tema fosse apresentado na próxima reunião, a Conselheira **Zilda Arns Neumann** se pronunciou no mesmo sentido. **08) Dia Internacional da Saúde: 07 de Abril – “A Saúde Mental”:** O Dr. **Pedro Delgado**, coordenador da Comissão de Saúde Mental, fez uma explanação sobre o assunto, explicando que todos os anos a OMS define um tema, sendo o deste ano sobre a saúde mental. O lema da campanha brasileira será “Cuidar sim, excluir não”, objetivando a reforma psiquiátrica do sistema nacional. Também, referiu-se em sua fala sobre: 1) a Portaria nº 799; 2) discussão com os gestores municipais de uma proposta de agenda que aponta para que todos os municípios que tenham mais de 70.000 habitantes possam, até a metade do ano seguinte, ter em funcionamento um Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS); 3) as competências para as regiões microassistentes; 4) capacitação dos recursos humanos; 5) discussão de um programa novo para os casos de abuso de substâncias entorpecentes. Para finalizar, solicitou que fosse divulgada a campanha pelos demais membros do Conselho junto as suas entidades. **ITEM 02 – “INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO, EM 2001, PELA FUNASA” – RELATO E PROPOSTAS DA CISAMA/CNS** - O Conselheiro **Temístocles Marcelos** fez breve relato da: 1) Questão do atendimento dos critérios epidemiológicos definidos na Portaria 176, de 28/03/2000, da

FUNASA/MS; 2) Questão dos bolsões populacionais das grandes cidades e regiões metropolitanas com baixíssimos IDH e excluídos da cobertura de saneamento básico através dos Projetos Alvorada e dos critérios da Portaria 176; 3) Questão legal do SUS em formular políticas; 4) Questão relacionada com a garantia dos recursos da Portaria (e Projeto Alvorada) para a manutenção dos equipamentos, evitando a sua rápida deterioração. O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, em sua intervenção, ressaltou: 1) a evidente ligação da área de saneamento com a saúde; 2) a importância do CNS nessa questão e a necessidade de uma boa discussão do tema dentro do Congresso para uma boa decisão; 3) a vinculação da expansão do saneamento com outras ações de saúde no município. O Conselheiro **Luiz Gonzaga Araújo** alertou que o programa de saneamento brasileiro está voltado para a região urbana do país, não envolvendo a área rural. O Conselheiro **José Carvalho de Noronha** esclareceu que o projeto Alvorada está voltado, principalmente, para as áreas rurais e sugeriu que na recomendação constasse: 1) que o projeto abrangesse as regiões metropolitanas, mas, também, os conglomerados urbanos; 2) que fossem considerados os critérios epidemiológicos; 3) a integração do saneamento com outras ações, como a Agenda 2001. O Conselheiro **Sólon Magalhães Viana** sugeriu que no item II, das recomendações, se esclareça para quem são as novas planilhas e no item IV haja mais precisão nos termos. O Conselheiro **Lindomar Tomé Lopes** levantou a preocupação da não execução dos planos. Após o tema ser debatido, foi aprovada pelo CNS *uma recomendação com cinco tópicos relacionados a estudos na área de saneamento e meio ambiente no Brasil*. A seguir, houve discussão sobre o Projeto de Lei 4147/2001 – que institui diretrizes nacionais para a prestação de serviços de saneamento básico - foi apresentado pelo Deputado Federal **Sérgio Novaes**. Primeiramente, deu um informe geral, logo após fez um breve histórico, direcionando para a problematização do tema. Os Conselheiros **José Carvalho de Noronha** e **Cláudio Duarte de Fonseca** pediram ao Deputado que fizesse esclarecimentos sobre qual o encaminhamento a ser tomado pelo CNS. Ao final de sua explanação, *ele sugeriu que o CNS envidasse esforços para que o Executivo retirasse o caráter de Urgência Constitucional do projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados. Nesse sentido, o CNS aprovou uma moção e uma resolução.*

ITEM 03 – POLÍTICA DE SAÚDE E VIOLÊNCIA - A Professora **Cecília Minayo** fez uma exposição sobre o tema, apresentando tópicos sobre proporção de óbitos por causas externas, proporção de óbitos por acidente de trânsito e homicídio, por sexo e por faixa etária mais atingidos pela violência. O documento apresentado tinha os seguintes tópicos: **1)** Parte do conceito ampliado da saúde; **2)** Inclusão da perspectiva da promoção; **3)** Definição da violência e acidente como problemas sociais; **4)** Estabelecimento de marcos da intersectorialidade; **5)** Diferenciações dos grupos mais vulneráveis em relação à mortalidade e a morbidade; **6)** Análise da responsabilidade específica do setor saúde; **7)** Diagnóstico das debilidades atuais, quais sejam: **a)** problema de informação; **b)** problema de sensibilização para o tema do setor saúde; **c)** deficiências na formação das equipes de saúde e “mitos culturais” e **d)** ausência de uma visão preventiva. E por fim, delineia estratégias para a ação do Ministério, apontando para: **1)** integração do tema nos programas do SUS; **2)** integração intersectorial; **3)** articulação com associações profissionais; **4)** capacitação dos recursos humanos; **5)** indução e investigações de caráter estratégico e **6)** acompanhamento e avaliação. A Conselheira **Zilda Arns Neumann** deu sugestões para uma melhor estratégia, sugerindo que fosse mais combativa a campanha. O Conselheiro **William Saad Hossne** pediu esclarecimentos sobre se houve contato com o grupo TLS e perguntou se ocorreu a escolha de uma cidade para desenvolver os planos apresentados. O Conselheiro **Olympio Távora** comentou sobre a necessidade de haver informações seguras. O Conselheiro **José Carvalho de Noronha** fez uma defesa do tema, no sentido de se entender o “trauma” como um problema de saúde pública da maior gravidade. O Conselheiro **Sergio Luis Magarão** comentou sobre a necessidade de adequar o currículo das universidades com disciplinas que tratem do “trauma”. O Conselheiro **Lindomar Tomé Lopes** comentou sobre os problemas de violência dentro da sua profissão, e a necessidade de capacitar os recursos humanos dentro do sistema de saúde. O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** sugeriu que o Ministério da Saúde, dado suas características, seja o líder do movimento de combate à violência. O Conselheiro **Luiz Gonzaga Araújo** chamou a atenção para o problema do “trauma” na área rural. Após o debate dos Conselheiros, a Dra. **Claudia Araújo dos Santos** comentou a necessidade de haver uma injeção de recursos novos para o programa. O documento apresentado foi aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde e houve a formação de um Grupo de Trabalho composto pelos Conselheiros: **José Carvalho Noronha, Maria Leda de Resende Dantas, Mozart de Abreu Lima, Neilton Araújo de Oliveira, Zilda Arns Neumann e Gysélle Saddi Tannous**, com o objetivo de mobilizar intensamente os Conselhos de Saúde, entidades e autoridades com vistas ao reconhecimento e tratamento da violência como primeira prioridade da saúde pública.

ITEM 04 – PROPOSTA DE AGENDA BÁSICA/CNS 2001 – O Conselheiro **Augusto Alves de Amorim** relatou a proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho da Agenda Básica do CNS – 2001 composta pelos Conselheiros: **Diógenes S. Martins, Augusto Alves de Amorim, Maria Leda**

Resende Dantas, Lindomar T. Lopes e Neilton Araújo de Oliveira. A proposta contém seis eixos temáticos: **1)** Promoção da Saúde; **2)** Modelo de Atenção e de Gestão; **3)** Política de Recursos Humanos; **4)** Financiamento do SUS; **5)** Regulação das Operadoras de Planos de Seguros de Saúde e a Prática do Controle Social; **6)** Desenvolvimento e Aprimoramento Orgânico e Funcional da Rede de Conselhos de Saúde. O Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** pediu vistas do documento. Como tinha sido deliberado pela manhã, o Informe – “**Agenda de metas nacionais prioritárias, planos e relatórios de gestão**” foi transformado em item de pauta e sua discussão agregada a este item. O Conselheiro **Claudio Duarte de Fonseca** relatou ao CNS sobre a necessidade da construção de uma Agenda Nacional de Saúde – 2001 em conjunto com os Conselhos, no sentido de subsidiar um processo de elaboração e atualização dos planos (nacional, estadual e municipal), para a definição de eixos de intervenção nos sistemas. Nesse sentido, o Conselheiro apresentou uma proposta contendo seis eixos prioritários: **1)** Redução da mortalidade infantil e materna, ação âncora e de valor ético, onde o desafio variará de acordo com a realidade de cada região; **2)** Controle de doenças e agravos prioritários, a partir da realidade de cada região; **3)** Reorientação do modelo assistencial e descentralização; **4)** Melhoria da gestão, do acesso e da qualidade das ações e serviços de saúde; **5)** Desenvolvimento dos recursos humanos do setor saúde; **6)** Qualificação do controle social. Cada eixo seria trabalhado numa lógica de metas (federais, estaduais e municipais). O Conselheiro **Cláudio Duarte da Fonseca** esclareceu que o documento tem por objetivo orientar a estratégia de saúde no Brasil e viera ao CNS para seu aprimoramento. Afirmou ainda, que os eixos ora apresentados, faziam parte de um processo de discussão entre o Ministério da Saúde, o CONASEMS e o CONASS. O Conselheiro **José Carvalho de Noronha** chamou atenção para a atribuição do CNS de aprovar as diretrizes de saúde pública do país. O Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** sugeriu que a Agenda de Saúde 2001 fosse, também, discutida nas representações. A Conselheira **Zilda Arns Neumann** esclareceu que os seis eixos estavam contemplados na 11ª Conferência Nacional de Saúde. Ao final, o Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** sintetizou a discussão no sentido de que a proposta apresentada pelo Conselheiro **Cláudio Duarte de Fonseca** foi aprovada pelo Conselho, sendo condicionada a dois fatos: **1)** a necessidade de haver uma discussão, em esfera nacional da agenda entre os gestores e o controle social e **2)** que o processo da elaboração da agenda permita que haja a discussão dos desdobramentos dos eixos apresentados.

ITEM 05 – A QUESTÃO DO RESSARCIMENTO JUDICIAL NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO CONTÍNUO E OUTROS PROCEDIMENTOS – O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** apresentou, a partir do documento por ele distribuído na última reunião, que continha um resumo de 274 Projetos-Lei em trâmite no Congresso Nacional na área de saúde, as ementas de projetos-lei para o conhecimento do Conselho. Assim, ele destacou o Projeto do Senador Arlindo Porto, Projeto-Lei nº 031/71. Propôs que o Conselho forme uma comissão que acompanhe permanentemente o trâmite, o surgimento de novas propostas e conclusões sobre os assuntos relacionados à questão do ressarcimento judicial na aquisição de medicamentos de uso contínuo. Disponibilizou os dois documentos aos conselheiros na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O Conselheiro **Mario Scheffer** propôs que o acompanhamento do trâmite seja feito por um Conselheiro mais um membro da Secretaria Executiva. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** concordou com a proposta do Conselheiro. A Conselheira **Maria Leda de Resende Dantas** indicou o Conselheiro **Luiz Gonzaga Araújo**, que concordou e a sua indicação foi aprovada. O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** propôs então que a assessoria parlamentar do CONASEMS trabalhasse em conjunto com o Conselheiro **Luiz Gonzaga Araújo**. A Conselheira **Vera Lúcia Marques de Vita** concordou com o encaminhamento dado, e pediu que a comissão não se esquecesse de verificar a Lei do Deputado Paulo Delgado. A Conselheira **Maria Natividade Santana** solicitou que, nessa comissão, houvesse participação dos trabalhadores. O Conselheiro **Gilson Cantarino O'Dwyer** sugeriu que o Conselho pudesse sensibilizar os parlamentares do seu papel como fonte de consulta de projetos que envolvam a área de saúde e que sejam criados mecanismos em que o Conselho seja ouvido nessas ocasiões, podendo essa comissão trabalhar também para esse fim. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** lembrou que a assessoria do CONASEMS já fizera um resumo descritivo dos projetos e que o Conselho já fora procurado para fazer uma seleção e dar um tratamento qualitativo a esse trabalho. Sobre a proposta do Conselheiro **Gilson Cantarino O'Dwyer**, o Conselheiro **José Carvalho de Noronha** considerou importante que se tentasse marcar reuniões periódicas com os presidentes das comissões que tratam da questão da saúde, tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados, para formalizar o diálogo entre o Conselho e o Congresso Nacional. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** lembrou que essa solicitação já vinha sendo atendida, inclusive com bons resultados. A Conselheira **Cibele Osório** observou que, embora o Ministério da Saúde tenha uma assessoria parlamentar que acompanha os projetos de seu interesse em trâmite no congresso, era importante a decisão do CNS de constituir uma assessoria parlamentar própria. O Conselheiro **Climério da Silva Rangel** Júnior

questionou se, na proposta inicial do Conselheiro **Gilson Cantarino O'Dwyer**, a comissão seria ouvida previamente antes dos lançamentos dos projetos. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** ponderou dizendo que o CNS tem que respeitar a dinâmica do Congresso, porém sempre que possível, a comissão seria ouvida. A Conselheira **Zilda Arns** pediu ao Conselheiro **Luiz Gonzaga Araújo** que pudesse participar, quando houvesse algum assunto de interesse na Comissão de Seguridade Social e Família. O Conselheiro **José Luiz Spigolon** lembrou que a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Sociais, do Senado Federal filtram todos os assuntos relacionados com a saúde, o que poderia facilitar o trabalho dessa comissão. Nos assuntos mais polêmicos, o Conselheiro **José Luiz Spigolon** sugeriu que o CNS apoiasse a realização de audiências públicas dessas comissões e definisse pessoas que pudessem discutir assuntos relacionados com a saúde. Ademais, o Conselheiro fez sua homenagem ao Dia Internacional da Mulher. O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** colocou, a respeito das palavras da Conselheira **Cibele Osório**, que o Ministério da Saúde, assim como muitos dos órgãos representados no CNS, têm sua assessoria, porém não conseguem acompanhar todos os projetos importantes num ritmo adequado devido a uma sobrecarga no trabalho. Concordeu com o Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** que o CNS não pode interferir no trâmite do Congresso, mas precisa criar uma cultura em que seja ouvido com frequência. O Coordenador substituto, **Ruy Nedel**, fazendo uso da palavra, lamentou a deficiência da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde. O Conselheiro **Luiz Gonzaga Araújo** declarou que faria todo o possível para o bom andamento da nova comissão. A Conselheira **Cibele Osório** lembrou que, às vezes, a assessoria parlamentar do Ministério da Saúde posiciona-se com muita influência externa, que pode não ser a mesma do CNS, aumentando ainda mais a importância dessa comissão. O Conselheiro **Cláudio Duarte da Fonseca** esclareceu a todos que realmente a assessoria parlamentar do Ministro tem suas peculiaridades, não sendo possível a comparação entre uma assessoria do CNS com a assessoria do Ministro ou mesmo do Ministério. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** prestou homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Os Conselheiros **José Carvalho de Noronha**, **Vera Lúcia Marques de Vita**, **Climério da Silva Rangel Júnior**, **Zilda Arns Neumann**, **Augusto Alves de Amorim**, **Maria Natividade G. S. T. Santana**, **Ana Maria Lima Barbosa**, **Neilton Araújo de Oliveira**, **Gysélle Saddi Tannous**, **José Carlos Bezerra Passos**, **Maria Leda de Resende Dantas** se juntaram ao Coordenador na homenagem prestada às Mulheres. A Conselheira **Maria Natividade G. S. T. Santana** pediu licença ao Conselheiro **José Carvalho de Noronha** para destacar, na sua proposta de dedicar a reunião às mulheres brasileiras, uma homenagem especial à sua companheira, enfermeira Edma Rodrigues Valadão, que juntamente com seu companheiro, enfermeiro Marcos Otávio Valadão foram brutalmente assassinados no Rio de Janeiro. Em relação a esse fato, disse: *“Esses companheiros eram militantes da área de saúde e foram vítimas quando se dirigiam à Conferência Municipal de Saúde, do Rio de Janeiro. Os crimes foram recentemente classificados como qualificados, de mando, e deverão ser investigados pela Polícia Federal. Este Conselho Nacional de Saúde pouco fez para pressionar as autoridades na solução do crime, prisão e punição dos culpados.”* Continuando, a mesma se expressou quanto à necessidade da interveniência do plenário junto às autoridades para que esse crime seja elucidado, pois os trabalhadores não aceitam conviver com a impunidade. Também, agradeceu, em nome das mulheres trabalhadoras da área de saúde, as quais representa no CNS, as homenagens de Conselheiras e Conselheiros no momento expressadas. Finalizando, disse para os homens presentes, no Plenário, que o que as mulheres mais reivindicam é a equidade de gênero, que significa, em síntese, companheirismo, igualdade de oportunidades, reconhecimento, amor, afeto e carinho. O Conselheiro **Climério da Silva Rangel** fez uma proposta de encaminhamento de uma moção à atleta para-olímpica brasileira Ádria Rocha, parabenizando-a pelo Dia Internacional da Mulher. A Conselheira **Maria Leda de Resende Dantas** acrescentou à proposta do Conselheiro uma homenagem à também para-atleta “Rosinha”. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** solicitou os nomes corretos dos homenageados e propôs a inclusão de uma síntese das manifestações feitas pelo plenário em homenagem ao Dia Internacional da Mulher no próximo número do Jornal Controle Social, para registrar a posição do Conselho Nacional de Saúde sobre o assunto. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** propôs que o item 09 da pauta, sobre a Revisão da Resolução CNS nº 33, de 23.12.92, passasse para a próxima reunião, tendo em vista que o grupo não havia feito uma redação finalística sobre o assunto. Colocou, também, que, pela primeira vez, a Comissão de Orçamento e Finanças não iria apresentar seu relatório por motivo de doença do Professor Elias Antônio Jorge, ficando seu relato para ser apresentado na próxima reunião ordinária. **ITEM 06 – ENCAMINHAMENTO DE PROPOSTA DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** – Item discutido juntamente com o Item 10. **ITEM 07 – DIRETRIZES PARA O REGIMENTO INTERNO DA PLENÁRIA NACIONAL DE SAÚDE.** A Conselheira **Zilda Arns Neumann** apresentou o documento *“Diretrizes para Plenária Nacional de Conselhos de Saúde – Proposta Preliminar.”* O mesmo não foi aprovado, porque não

provinha da unanimidade do grupo. Embora o Conselheiro **Cláudio Duarte da Fonseca** tenha pedido vistas do documento, houve discussão a respeito. O Conselheiro **Climério da Silva Rangel Júnior** pediu que fosse modificado o número de Delegados por estado, que ao invés de 18 delegados fosse 16 ou 20 por causa do sistema de paridade. O Conselheiro **Edson de Oliveira Andrade** ressaltou a questão do tempo que já estava correndo e pediu que o trabalho fosse feito o mais rápido possível. O Conselheiro **Gilson Cantarino O'Dwyer** esclareceu que o pedido de vistas do Conselheiro **Cláudio Duarte da Fonseca** não iria prejudicar a realização da Plenária, porque o documento não era resolução de todo o grupo. Ademais, por esse motivo, julgou prejudicada a apresentação da Conselheira **Zilda Arns Neumman**. A Conselheira **Zilda Arns Neumman** esclareceu que o grupo, embora tivesse agendado a reunião, não conseguira se reunir com a totalidade de seus membros. O Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** sugeriu, em função do documento não representar a opinião do GT, que o mesmo se encontrasse e também convidasse a coordenação da Plenária para que se pudesse produzir um documento mais rico. Finalizando a discussão, *foi aprovada a permanência do grupo de trabalho que se reunirá com a Comissão de Organização da Plenária, por volta de dez dias antes da reunião do Conselho, devendo trazer, já para a reunião de abril, uma proposta discutida e consensada.*

ITEM 08 – RELATO DE REUNIÃO DA CIT DE 15.02.01 – O conselheiro **Cláudio Duarte da Fonseca** fez o relato da reunião da CIT de 15-02-01, ocasião na qual foram discutidos os seguintes pontos: **1)** Impacto da PEC no orçamento dos Governos Estaduais; **2)** Plano nacional de reorganização de atenção à Diabetes e à Hipertensão; **3)** Regulamentação da NOAS; **4)** Habilitação de Estados e Municípios nas ações descentralizadas de epidemiologia e controle de doenças; **5)** Habilitação de Municípios na Gestão Plena de atenção básica; **6)** Informe sobre o Cadastro Nacional dos Usuários do SUS; **7)** Ficou estabelecida para discussão na próxima reunião a questão da descentralização e universalização dos exames cargo-viral e de HIV, CD4 e CD8; **8)** Informe sobre o programa de interiorização do trabalho de saúde. O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** acrescentou os seguintes pontos tratados na reunião: **1)** Incentivo à saúde da família; **2)** Cadastro de servidores federais cedidos aos Estados e Municípios; **3)** Apresentação, por parte da SAS, de uma portaria de incentivos financeiros aos serviços filantrópicos. Para finalizar, o Conselheiro **Gilson Cantarino O'Dwyer** apresentou o relatório sobre a reunião somando ainda os seguintes pontos: **1)** A formação de uma comissão para avaliar a situação do Município de Viana - MA na questão da habilitação de Estados e Municípios, na questão epidemiológica e controle de doenças; **2)** Compactuação e encaminhamento, pelo CONASS e CONASEMS dos balanços orçamentários relativos ao ano 2000. O Conselheiro **Lindomar Tomé Lopes** cumprimentou os relatores da CIT, principalmente na referência feita aos recursos humanos. O Conselheiro **Augusto Alves de Amorim** destacou, também, a importância do relatório. O Conselheiro **Mário Scheffer**, também, parabenizou a CIT pela atenção dada ao combate a AIDS e pediu ainda atenção da mesma para o mutirão do Governo contra a Hipertensão e Diabetes. O Conselheiro quis, ainda, esclarecimentos sobre a questão do ressarcimento ao SUS. O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** informou que esse assunto não fora discutido na reunião do dia 15.02. 2001. O Conselheiro **Gilson Cantarino O'Dwyer** demonstrou atenção no acompanhamento da campanha de Hipertensão e Diabetes.

ITEM 09 – REVISÃO DA RESOLUÇÃO CNS Nº 33 DE 23.12.92 - Item não apresentado, adiado para a próxima reunião.

ITEM 10 – PAPEL E ATUAÇÃO DO CNS NO PROCESSO DE REGULAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR – O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que encontravam-se nas pastas dos conselheiros os seguintes documentos para subsidiar a discussão do item: **1)** a última medida provisória; **2)** as últimas resoluções da Agência Nacional de Regulação; **3)** documento do Fórum de Acompanhamento e Regulamentação dos Planos de Saúde. O Conselheiro **Mário Scheffer** lembrou, ainda, que fora distribuído um documento com um resumo dos principais pontos da resolução. Lembrou também que, na última reunião, o Plenário do Conselho Nacional de Saúde decidiu retomar o acompanhamento permanente da regulamentação do setor de saúde suplementar. Continuando, o Conselheiro leu os pontos do documento “Papel do CNS na Regulamentação da Saúde Suplementar”. O Conselheiro **Sylvio Romero Figueiredo Costa** ponderou que seria interessante a participação de um representante das operadoras de planos de saúde na comissão sugerida pelo Conselheiro **Mário Scheffer**. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** lembrou que, sendo a comissão de caráter permanente, seria imprescindível que todos os membros fossem conselheiros. O Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** apoiou a proposta do Conselheiro **Mário Scheffer**. O Conselheiro **Neilton Araújo Oliveira** também acompanhou a posição do relator. A Conselheira **Maria Leda da Resende Dantas** defendeu a participação da COBAP na Comissão que será representado pelo Conselheiro Suplente **Geraldo Adão Santos**. O Conselheiro **José Carvalho de Noronha** ponderou que seria importante essa comissão trabalhar na criação de um sistema de avaliação de desempenho assistencial dos planos de saúde. A Conselheira **Vera Lúcia Marques de Vita** lembrou da importância dessa comissão em englobar, também, os usuários dos planos de saúde que não façam parte de

planos coletivos. Chamou a atenção para a relevância da questão da saúde mental ser incluída na discussão dos planos de saúde. O Conselheiro **Augusto Alves de Amorim** se posicionou a favor de que essa comissão também lide com a questão de recursos humanos que fazem parte da rede dos planos de saúde. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** ressaltou a importância da comissão ser formada. O Conselheiro **Sérgio Francisco Piola** lembrou a importância da tipificação dos planos de saúde coletivos, sem esquecer dos usuários individuais. Conselheiro **Mário Scheffer** lembrou que não seria papel dessa comissão regulamentar os planos de saúde, mas sim de acompanhamento e que a mesma teria autonomia para elencar suas prioridades, tendo como objetivo imediato, a realização de uma audiência pública acerca do tema em data já definida e o acompanhamento da agenda da ANS. A comissão foi aprovada, com uma abstenção de voto do Conselheiro **Cláudio Duarte da Fonseca**, tendo a seguinte formação: Conselheiro **Mário Scheffer** como coordenador, Conselheiros **Maria Leda de Resende Dantas**, **Jocélio Henrique Drummond**, **José Luiz Spigolon**, **Edson de Oliveira Andrade**, **Sylvio Romero Figueiredo Costa**, sendo nomeado seu suplente o Conselheiro **José Carlos Passos**. Além desses conselheiros, comporiam a comissão um Conselheiro representante das Entidades Nacionais de Outros Profissionais da área de Saúde e um Conselheiro representante da ABRASCO. **ITEM 11 – PROPOSTA DE PARÂMETROS ASSISTENCIAIS DA SAS/SPS/MS** – A Conselheira **Maria Natividade G. S. T. Santana** apresentou o relatório do grupo de trabalho sobre a Proposta de Parâmetros Assistenciais da SAS/MS constante da pasta dos Conselheiros. *O documento foi aprovado, por unanimidade, com uma alteração que adiciona, na segunda recomendação do relatório, a seguinte proposição: “A adequação do perfil da oferta de serviços ao perfil epidemiológico e social da necessidade da população em cada região do país, em cada nível de complexidade, requer indicadores de forte impacto na variação das médias nacionais.”* O coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que a proposta seria levada ao conhecimento de todo o primeiro escalão do Ministério da Saúde e do CONASS e CONASEMS, como recomendação do Conselho. O Conselheiro **José Carvalho de Noronha** lembrou também que seria necessária a criação de um Grupo Técnico para fazer o acompanhamento dessa questão. **ITEM 12 – PROPOSTA REFERENTE AO ANTEPROJETO DE LEI PARA SUBSTITUIR O DECRETO 99.438/90, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CNS – RELATO PARCIAL** Transferido para a próxima reunião. **ITEM 13 – RELATO DA COFIN/CNS E SPO/MS.** O item não foi discutido por motivo de doença do Professor **Elias A. Jorge**, ficando para a próxima reunião a apresentação dos dois relatórios. **ITEM 14 – ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DA 11ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. AVALIAÇÃO E PROPOSTAS** A Dra. **Rita B. Barata** apresentou o resultado da avaliação feita com os participantes da 11ª Conferência Nacional de Saúde, que continha os seguintes pontos: **1)** Material promocional; **2)** Entrega do material; **3)** Qualidade do material; **4)** Secretaria; **5)** Alimentação; **6)** Instalações; **7)** Alojamentos; **8)** Programação; **9)** Interesse pelos temas; **10)** Avaliação geral; **11)** Temas para a próxima Conferência; **12)** Pontos fortes; **13)** Pontos fracos; **14)** Sugestões para a próxima. A respeito do Relatório final, a Dra. **Rita B. Barata** informou que se encontrava em fase de conclusão sugerindo, ainda, que houvesse uma solenidade de lançamento do relatório na véspera da reunião do CNS do mês de maio. Além disso, sugeriu ao Conselho que fizesse a sua avaliação política da Conferência, e um extrato do relatório com proposições que considerasse prioritárias para orientar seu trabalho. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** considerou importante que, também, os Municípios e os Estados fizessem um extrato do relatório, levando em conta o seu ponto de vista acerca das questões prioritárias. O Conselheiro **Mário Scheffer** concordou com a proposta de fazer esse extrato do relatório, adicionando a possibilidade de se criar um grupo de trabalho para trazer a discussão dessa súmula ao Plenário. Da mesma forma, defendeu a solenidade do lançamento do relatório, sugerindo o dia 08 de maio de 2001 para a sua realização. O Conselheiro **Lindomar Tomé Lopes** parabenizou a redação do relatório parcial, sugerindo uma melhor distribuição do número de participantes na hora do almoço. Sugeriu também que o Conselho pensasse na separação do relatório em cadernos temáticos, o envio do material completo, e mesmo, também, em forma de cartilhas ou livros, para serem distribuídos para todos os conselhos. A Dra. **Rita B. Barata**, sugeriu um estudo para que as datas das Conferências não se chocassem com anos eleitorais em nenhum dos níveis, seja estadual, municipal ou federal. O Conselheiro **Cláudio Duarte da Fonseca** ressaltou a fidelidade do relatório da Conferência, parabenizando a qualidade do mesmo e concordou com os encaminhamentos dados, defendendo que o lançamento seja em larga escala, com vários eventos, com significação comemorativa, simultâneo em vários níveis. A Conselheira **Maria Natividade Santana** também expressou sua satisfação com o relatório. O Conselheiro **José Luiz Spigolon** também parabenizou a Dra. **Rita B. Barata** pelo relatório apresentado e concordou com os encaminhamentos dados. O Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** também se juntou aos outros, parabenizando a qualidade do relatório. Assim, também, fez o Conselheiro **José Carvalho de Noronha**, considerando vital a estruturação da súmula. A Conselheira **Zilda Arns Neuman** também parabenizou o trabalho da

relatora e ainda defendeu a mudança do sistema de votação relacionado com o quorum para as deliberações. A Conselheira **Maria Leda de Resende Dantas** fez elogios à Conferência enaltecendo a sua qualidade e validade, e como os demais conselheiros, parabenizou a Comissão Organizadora. Após as manifestações dos Conselheiros, a Dra. **Rita B. Barata** agradeceu as menções de apoio ao seu trabalho e fez as seguintes sugestões: **1)** que cada Estado assumisse as suas delegações, principalmente, no tocante à alimentação e ao alojamento; **2)** que houvesse intervalos maiores entre as Conferências Estaduais e a Nacional; **3)** Revisão da forma de organização da Conferência concernente à questão de quorum e deliberações, seguindo a linha da sugestão da Conselheira **Zilda Arns Neumman**. Levantou duas alternativas para serem levadas em consideração pelo Conselho: **I)** construir a Conferência Nacional a partir de um documento básico com representatividade de todos segmentos; **II)** discutir nas Conferências Estaduais o tema proposto para Conferência Nacional. Ademais, agradeceu a ajuda e as palavras elogiosas. A Conselheira **Zilda Arns Neumman** fez ainda questão de mencionar que a votação das propostas na Conferência teria que ter um caráter consistente, com expressão real da opinião da maioria da Plenária. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** pediu para que, na reunião de abril, fossem acertados os detalhes do lançamento e que o mesmo fosse pautado para a Reunião Ordinária do mês de maio.

ITEM 15 – SUGESTÕES DE PAUTA PARA A 107ª REUNIÃO ORDINÁRIA E ENCERRAMENTO – O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** disse que seriam pautados para a próxima reunião os seguintes itens: **1)** Os Grupos de Trabalho que não apresentaram relatório completo nessa reunião; **2)** Parecer sobre a Proposta de Agenda Básica dado pelo Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond**; **3)** Grupo Técnico para fazer uma súmula do relatório da 11ª Conferência Nacional da Saúde, composto pelos mesmos Conselheiros participantes da comissão organizadora; **4)** Discussão das propostas levantadas pela Dra. **Rita B. Barata**; **5)** Discussões do acompanhamento do Conselho Nacional de Saúde às questões do REFORSUS e do VIGISUS. A Conselheira **Isabel Maria de Loureiro Maior** propôs que entrasse como ponto de pauta da próxima reunião os relatórios sobre os programas estratégicos do PPA, com atenção especial aos portadores de deficiência. O Conselheiro **Luiz Gonzaga de Araújo** sugeriu que fosse discutido o tema sobre Doença de Chagas, em razão de muitas pessoas estarem morrendo no Nordeste vítimas dessa doença. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** agregou a esse tema o do VIGISUS. O Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** propôs como ponto de pauta a questão dos Recursos Humanos do SUS, que é matéria constitucional. O Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** endossando a sugestão da apresentação do GT sobre as Diretrizes para Regimento Interno da Plenária Nacional de Saúde na próxima reunião, sugeriu que a reunião com o grupo fosse agendada o dia 30 de março, cinco dias antes da reunião do Conselho. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** concordou com a solicitação do Conselheiro. A Conselheira **Gysélle Saddi Tannous** propôs como ponto de pauta a apresentação do relato do Grupo de Trabalho sobre Violência.

ENCERRAMENTO – Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Além, da presença do Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos**, participaram da reunião os seguintes conselheiros: **Alexandre Soares, Ana Maria Lima Barbosa, Augusto Alves de Amorim, Cláudio Duarte da Fonseca, Cibele Guerresi de Mello Osório, Climério da Silva Rangel Júnior, Edson de Oliveira Andrade, Gilson Cantarino O'Dwyer, Gysélle Saddi Tannous, Izabel Maria de Loureiro Maior, Jocélio Henrique Drummond, José Beni Monteiro Oliveira, José Carlos Bezerra Passos, José Carvalho de Noronha, José Luiz Spigolon, Lindomar Tomé Lopes, Luiz Gonzaga Araújo, Maria Leda de Resende Dantas, Maria Natividade Santana, Mário César Scheffer, Mário Gawryszewski, Mozart de Abreu Lima, Neilton Araújo de Oliveira, Olympio Távora, Paulo Guilherme B. Romano, Sérgio Luiz Magarão, Sérgio Francisco Piola, Sólton Magalhães Viana, Sylvio Romero Figueiredo Costa, Temístocles Marcelos, Vera Lúcia Marques de Vita, William Saad Hossne, Zenite da Graça B. Freitas, Zilda Arns Neumman.**